



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h50min do dia 22/6/17, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Arnaldo Godoy e com a presença dos vereadores Álvaro Damião e Cida Falabella, reuniu-se a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, a presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação das atas da 14ª, 15ª e 16ª reuniões ordinárias, realizadas em 25/5, 1º e 8/6/17, respectivamente, e da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/5/17, o presidente comunicou a sua aprovação, nos termos regimentais. III - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 649/17, de autoria do vereador Jair di Gregório, solicitando a realização de audiência pública para “debater a falta de livros didáticos aos alunos das escolas municipais de Belo Horizonte”, a ser realizada em 20/6/17, às 13h30min, no Plenário Camil Caram. Colocado em votação o requerimento, foi rejeitado por unanimidade. 2) Requerimento de Comissão nº 673/17, de autoria do vereador Gilson Reis, solicitando a realização de “visita técnica para verificar os problemas causados pelo entreposto de entulho que virou lixão atrás da UMEI Nova Esperança e da E.M. Arthur Guimarães”, a ser realizada em 27/6/17, às 14 horas, na Avenida Américo Vespúcio, 1.610 e 1.998. Colocado em votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. 3) Requerimento de Comissão nº 731/17, de autoria do vereador Pedro Patrus, solicitando informações ao Chefe de Departamento do Museu de Arte da Pampulha, a saber: “1) Quais obras de arte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

compõem o acervo do MAP? 2) As obras que compõem o acervo do MAP encontram-se guardadas no interior do museu? 3) Existem obras do acervo do MAP guardadas em outro(s) local(is), se sim, quais locais?; 4) Qual a condição atual de armazenamento das obras que se encontram no interior do MAP?; 5) Existem obras correndo risco de deterioração por falta de condições de armazenamento, caso positivo, qual(is) obra(s) e o valor patrimonial e unitário de cada uma?; 6) Qual o valor do acervo das obras do MAP? 7) Pode o Sr. Carlos Henrique emitir um parecer técnico sobre o museu e o acervo, com informações sobre: a) condições do local (física, segurança, etc); b) Para quais fins está sendo utilizado o espaço do MAP para além do propósito do museu, e o risco de tal uso para o patrimônio; c) Condições das obras que compõem o acervo do MAP; d) Risco do acervo do MAP; e, e) Medidas necessárias para preservação do acervo e do próprio prédio do MAP.” Usou a palavra o vereador Arnaldo Godoy. 4) Requerimento de Comissão nº 732/17, de autoria da vereadora Cida Falabella, que solicita a apresentação de indicação à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para “sugerir a criação de uma Comissão Especial para debater os termos da Permissão de Uso do baixio do Viaduto Santa Teresa, concedida pelo Decreto nº 16.537 de 30 de dezembro de 2016 à CUFA - Central Única das Favelas”. Usaram a palavra os vereadores Cida Falabella e Arnaldo Godoy. Colocado em votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. 5) Requerimento de Comissão nº 733/17, de autoria da vereadora Cida Falabella, solicitando “ao juiz de direito da 3ª Vara Municipal, com cópia para o representante do Ministério Público de Habitação e Urbanismo, informações sobre o Processo nº 1387969-63.2004.8.13.0024, que versa sobre a reforma do Viaduto Santa Tereza, no que concerne, especialmente, ao atual estado do feito e perspectivas de decisão final nos autos”. Usou a palavra a vereadora Cida Falabella. O presidente deferiu o pedido da vereadora Cida Falabella de retirada, desta pauta, do requerimento. 6) Requerimento de Comissão nº 738/17, de autoria da vereadora Cida



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Falabella, solicitando ao secretário municipal de Governo “informações sobre o não cumprimento de compromissos financeiros assumidos perante 50 (cinquenta) empresas da área cultural por ocasião da realização da FIT (Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua) 2012. Trata-se de saber dos encaminhamentos dados às conclusões da equipe técnica da Auditoria Geral do Município, relativos aos trabalhos realizados com fulcro na Designação 029/2013 - Processo de Auditoria nº 01.056383.13.21”. Usou a palavra a vereadora Cida Falabella. Colocado em votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. 7) Requerimento de Comissão nº 739/17, de autoria da vereadora Cida Falabella, solicitando à secretaria municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte “informações sobre a reforma do Viaduto Santa Tereza com a apresentação do Relatório Final da obra da reforma realizada no ano de 2014”. Usou a palavra a vereadora Cida Falabella. Colocado em votação o requerimento, foi aprovado por unanimidade. EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 509/13 - “Estabelece cota nos programas de esporte no âmbito do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Elaine Matozinhos. Parecer do relator, vereador Professor Wendel Mesquista, pela rejeição das emendas nºs 1 e 2. Usou a palavra a vereadora Cida Falabella. Foi adiada a apreciação do parecer em razão de não haver quórum para a deliberação, pois a vereadora Cida Falabella estava impedida de votar, segundo informou o presidente. 2) Projeto de Lei nº 62/17 - “Autoriza o Poder Executivo a implantar nas escolas públicas e particulares de ensino no Município de Belo Horizonte programas de diagnóstico, esclarecimentos, tratamento e acompanhamento do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH”. Autoria: vereadora Marilda Portela. Parecer da relatora, vereadora Cida Falabella, pela rejeição. Usaram a palavra os vereadores Cida Falabella e Arnaldo Godoy. Aprovado o parecer por unanimidade. 3) Projeto de Lei nº 78/17 - “Obriga a Prefeitura a criar cursos livres e gratuitos para educação fiscal nas áreas de Tributos, Obras



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Particulares, Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e de Posturas e oferece desconto em penalidades autuações pecuniárias aplicadas”. Autoria: vereador Irlan Melo. O relator, vereador Gilson Reis, não emitiu o parecer. O presidente comunicou a perda de prazo para a apreciação do projeto nesta comissão. 4) Projeto de Lei nº 117/17 - “Institui o ‘Projeto Beagrafite’ que disciplina a arte em grafite no âmbito do município de Belo Horizonte”. Autoria: Jorge Santos. Usaram a palavra os vereadores Arnaldo Godoy e Cida Falabella. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Arnaldo Godoy, pela rejeição. 5) Projeto de Lei nº 121/17 - “Institui a Olimpíada Municipal de Saúde e Meio Ambiente no Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Rafael Martins. Parecer do relator, vereador Arnaldo Godoy, pela rejeição. Usou a palavra o vereador Arnaldo Godoy. Aprovado por unanimidade. 6) Projeto de Lei nº 126/17 - “Dispõe sobre o Programa Horta nas Escolas, no âmbito do Município de Belo Horizonte, na forma que menciona”. Autoria: vereador Juninho Los Hermanos. Parecer da relatora, vereadora Cida Falabella, pela aprovação, com apresentação de emenda(s). Usaram a palavra, nesta ordem, os vereadores Cida Falabella, Arnaldo Godoy e Cida Falabella. Votou favoravelmente ao parecer a vereadora Cida Falabella e contrariamente os vereadores Arnaldo Godoy e Álvaro Damião. O presidente declarou a rejeição do parecer e nomeou para a relatoria o vereador Álvaro Damião. Usaram a palavra os vereadores Arnaldo Godoy e Cida Falabella. 7) Projeto de Lei nº 144/17 - “Institui as Olimpíadas Estudantis na Rede Municipal de Ensino no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Vereador Elvis Côrtes. Parecer do relator, vereador Arnaldo Godoy, pela rejeição. Usou a palavra o vereador Álvaro Damião. Aprovado, por unanimidade, o parecer. 8) Projeto de Lei nº 223/17 - “Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências”. Autoria: vereador Osvaldo Lopes. Parecer do relator, vereador Gilson Reis, pela aprovação. Usaram a palavra os

mm



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereadores Arnaldo Godoy e Cida Falabella. Aprovado o parecer, com o voto contrário do vereador Arnaldo Godoy. IV. Respostas a requerimentos e indicações da comissão: o presidente comunicou as respostas aos seguintes requerimentos de comissão: 1) nº 57/17, que dispõe sobre “o Carnaval de 2017, especificamente sobre: - Os termos do contrato de patrocínio da AMBEV com a Prefeitura de Belo Horizonte; - A existência de orientações oficiais da BELOTUR no sentido de estabelecer um monopólio do patrocinador durante o carnaval de rua de Belo Horizonte em 2017? Isso porque o Chamamento Público nº 001/2017, embora regulamente a venda de bebidas do patrocinador pelos ambulantes cadastrados, não veda aos referidos ambulantes a venda de bebidas de outras marcas. Entretanto, há relatos da parte dos ambulantes cadastrados de que, segundo orientações recebidas pela BELOTUR, somente estaria autorizada a venda de bebidas de marcas pertencentes ao patrocinador; - Qual a motivação para a vedação expressa no item 2.4.1 do Chamamento Público nº 001/2017, que veda a comercialização de bebidas fracionadas? O que se entende por bebida fracionada no contexto do referido chamamento? - Com relação ao evento ‘Sapucaí: viva essa história’, produzido pelas empresas Casulo Cultura, Full e TLV Promo, solicitamos informações sobre o contrato firmado entre as referidas empresas e o Poder Público (...)”. Em resposta, a Secretaria Municipal de Governo informou “que foi realizado processo seletivo simplificado para selecionar empresas interessadas em adquirir cotas de patrocínio para o ‘Carnaval de BH 2017’. Apenas a AMBEV S/A se inscreveu e atendeu aos requisitos para a seleção, oferecendo a importância de 1,5 milhão de reais. Posteriormente a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos lançou edital para credenciamento de interessados para exercer atividade de comércio eventual de bebidas e adereços carnavalescos junto aos blocos de rua. O mencionado edital estabeleceu diversas condições para o exercício da atividade, uma delas estipulando a vedação de venda fracionada



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de bebidas. Conforme previsto no Chamamento Público nº 001/2017, a Belotur comprometeu-se a garantir exclusividade no evento para a marca da empresa ganhadora. Informou ainda que a proibição de venda de bebidas fracionadas deu-se com o intuito de garantir a segurança física e sanitária da população. Quanto ao fechamento de vias públicas para o evento, a Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana informou que para a concessão da licença, os interessados devem obter autorização junto à BHTrans e que nos casos de público superior a 1.000 munícipes, deverão ainda ser observadas orientações contidas no Documento Operacional de Trânsito - DOT, bem como condições impostas pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Militar, sendo proibido o impedimento do trânsito de pedestres e a cobrança de ingressos, sob pena de responsabilização". 2) nº 315/17, que dispõe acerca "da situação funcional da professora municipal Gilka Maria de Moraes Oliveira - BM 40.242-0, discriminando onde a mesma encontra-se lotada e se está cedida ao Conselho Municipal de Educação". Em resposta a Secretaria Municipal de Governo "informa que a servidora em questão encontra-se lotada na Gerência de Controle do Quadro de Pessoal da Educação da Secretaria Municipal de Educação - SMED desde 11/01/17 e que compõe o Conselho Municipal de Educação desde 19/06/17, com mandato de 2 anos". 3) nº 428/17, que versa sobre "os concursos públicos de editais 01/2013, 06/2014 e 05/2015, para professor da Rede Pública Municipal de Educação, com o número total de aprovados, de nomeados até a presente data e o planejamento para nomeação dos aprovados ainda não convocados". Em resposta, a Secretaria Municipal de Educação "informou o número de aprovados e nomeados, até o momento, por meio de tabela anexa à resposta. No tocante ao Plano Municipal de Educação, a SMED informa que a única meta com prazo vencido é a universalização da educação para crianças de 4 a 5 anos, a qual se encontra totalmente superada em Belo Horizonte. As demais metas terão vencimento somente em 2024. Informa, ainda, que todos os

mm



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

esforços de planejamento têm sido envidados a fim de que algumas metas sejam antecipadas para o PPAG 2018-2021, sobretudo quanto à ampliação do atendimento das crianças de 0 a 3 anos e à ampliação da Educação Básica em tempo integral. A previsão de nomearem-se novos professores para tais etapas é parte do Planejamento Estratégico da SMED. 4) nº 521/17, que versa sobre “Qual é a relação das escolas municipais e UMEI's que receberam autorização para contratação de vigias? Qual o número de profissionais (vigias) que serão ou já foram contratados pelas respectivas instituições de ensino? Qual é o plano de segurança das escolas municipais e UMEI's que receberam ou receberão vigias?”. Em resposta a SMED “informou que em junho de 2016, por razões de restrições financeiras, o Governo anterior decidiu pela retirada da vigilância humana das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino - RME, o que gerou a demissão de 520 profissionais e viabilizou às escolas firmarem contrato de serviço de vigilância eletrônica por meio das Caixas Escolares. Muito embora a Lei Orçamentária para o ano de 2017 não tenha previsto recursos financeiros para a retomada da vigilância humana, o processo de readmissão dos vigilantes nas escolas está em curso, de acordo com determinação do atual Prefeito. Como a questão da segurança escolar ultrapassou os limites de competência da pasta da Educação, tornando-se uma questão de segurança pública, as medidas relativas aos Planos de Segurança das escolas da RME têm sido conduzidas pela Inteligência da Guarda Municipal”. V - Outros Assuntos: o presidente comunicou: a) “entrega do relatório pelo Gabinete do Vereador Juliano Lopes sobre a Visita Técnica da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Desporto, Lazer e Turismo ao Complexo Esportivo José Calegário de Cristo, conforme aprovado pelo Requerimento de Comissão 500/2017”. b) “entrega do relatório da Divisão de Consultoria Legislativa referente à Visita Técnica da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Desporto, Lazer e Turismo ao Complexo Esportivo José Calegário de Cristo, conforme aprovado pelo Requerimento de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Comissão 500/2017". O presidente declarou encerrados os trabalhos às 14h24min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidente desta reunião.

ATA APROVADA

(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)

distribuída em avulso, no dia 23/6/17, não
foi apresentada impugnação no prazo regimental.

Presidente